

Relatório-síntese do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
VIII ENEJA
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Recife, 30 de agosto a 2 de setembro de 2006

Realização

Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP), Governo de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Prefeitura do Recife, Prefeitura Popular de Olinda, Prefeitura de Camaragibe, Universidade Federal de Pernambuco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Centro Paulo Freire, SESI, SESC Pernambuco, Alfailt Brasil, Escola Marista Champagnat de Recife.

Apoios

Cortez Editora, Gráfica Dom Bosco.

O relatório-síntese do VIII ENEJA “EJA – uma política de Estado: avaliação e perspectivas” estrutura-se da seguinte forma: discussão do contexto em que o Encontro se realizou no tocante à conjuntura nacional e à ação do Estado, abordando, em seguida, as tendências nas identidades dos fóruns de EJA, a avaliação das políticas de EJA e perspectivas para uma política de Estado, a busca de compreensão das articulações dos segmentos organizados e os compromissos para a construção de uma política pública de Estado para a EJA, fazendo indicações e apontando deliberações do VIII ENEJA: ultimando com encaminhamentos para o IX ENEJA.

CONTEXTO

O VIII ENEJA com 598 delegados credenciados, em sua oitava edição, ocorre em momento nacional pré-eleitoral que ainda carrega marcas de graves crises políticas, aprofundadas no decorrer desse último ano – e cujo início ocorrera na proximidade do VII ENEJA -, expondo cruamente fragilidades da democracia representativa no país, envolvendo o legislativo e desdobrando-se até autoridades ministeriais, colocando em cheque instrumentos dessa forma de representação e das instâncias de poder formais.

Incertezas, instabilidades, perplexidades continuam ameaçando o cenário político e trazendo reflexos nas apostas futuras, mesmo diante de ganhos reconhecidos na educação de jovens e adultos, cuja perspectiva de avanço não pode ser interrompida, ainda que se tenha a consciência clara de que a educação como direito, para todos, não está assegurada, o que implica reafirmar que a lógica da desigualdade não se rompeu no campo educacional.

Programas de governo, tanto do MEC, quanto de outras instâncias do poder federal foram propostos, demonstrando a disposição de intensificar as respostas às demandas da população jovem e adulta. O PROJÓVEM revelou uma escuta mais sensível ao clamor dos fóruns de que constituía uma oferta de EJA, com gestores admitindo argumentos nesse sentido, em posição adiante do que acontecera em seu lançamento; o PROEJA buscou resgatar para a rede federal dos CEFETs, principalmente, o compromisso com a população jovem e adulta demandante de profissionalização e historicamente excluída dessa rede, em especial de projetos pedagógicos de educação profissional integrados ao ensino médio; avançaram as construções focadas em sujeitos da diversidade, como internos penitenciários, do campo, pescadores, indígenas e quilombolas, e a economia solidária, como alternativa para sujeitos da EJA, especialmente, externou a disposição de o MEC aprofundar relações intersetoriais com diferentes Ministérios, ocupados também com ações educativas para os sujeitos que envolvem.

Se o último ENEJA conseguiu trazer para a mesa de discussões movimentos representativos dessa diversidade, rompendo o silêncio entre as especificidades e abrindo espaço ao diálogo, essa construção não se alargou na realidade do fazer político, e as questões inerentes aos grupos da diversidade mantiveram-se endogenamente pensadas, sem estendê-las como preocupação de averiguar de que forma o recorte etário – jovens e adultos – e o nível de escolaridade impunham pensar jovens negros, jovens indígenas, trabalhadores adultos do campo, pescadores artesanais jovens e adultos, desempregados jovens desescolarizados, adultos sem emprego formal porque desescolarizados etc. Apesar das conquistas de formas de pensar a diversidade, atravessando grupos sociais específicos, estes não conseguem impregnar e reorientar o fazer pedagógico das escolas, mantendo-se isolados, uns e outras.

A multiplicidade de demandas da área aprisionou os fóruns, deixando escapar a meta de uma ação mais incisiva no tocante ao FUNDEB, ainda nessa data dependente de ação e esforço concentrado no Congresso, que precisa em brevíssimo espaço de tempo finalizar as revisões e aprovar a PEC que tornará realidade o Fundo da Educação Básica. Se isso não for feito, a ameaça aos sistemas e aos militantes da EJA está posta, face ao prazo de vida útil do FUNDEF. Os fóruns não alimentam ilusões quanto à luta que ainda advirá, tanto para garantir na regulamentação do Fundo um lugar digno para o custo dessa modalidade de educação, com isonomia entre as modalidades e níveis do sistema educativo, quanto para possibilitar a aplicação imediata do novo Fundo já no ano de 2007.

Na luta pela consagração e institucionalidade da educação de jovens e adultos nos sistemas, pequenos passos à frente são celebrados pelo movimento dos Fóruns, mas atalaias, sempre, das armadilhas que podem surgir nesse caminho. Se a perspectiva da continuidade pode ser comemorada pelo reconhecimento da assunção da EJA por mais de 4000 municípios, ainda que com ofertas tímidas de matrículas, em maioria, mas resgatando a possibilidade para que jovens e adultos vivenciem processos de aprendizagem a eles negados, não se pode desprezar a ameaça que a certificação de conhecimentos desse público, prevista pelo Exame Nacional para Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA) representa a esses processos, por dispor-se a *avaliar sujeitos* e não cursos ou sistemas, como as demais propostas avaliativas

do MEC. Em latência, como risco anunciado, apesar das contundentes ações dos fóruns diante dos propositores do INEP - na representação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; dos representantes estaduais dos fóruns em reunião nacional e da comissão formada para a audiência com o Ministro -, seguiu o empenho de realizar intervenção de nível federal em tarefas de âmbito estadual/municipal.

As aprendizagens geradas pelo Programa *Brasil Alfabetizado* exigem considerá-las na intenção de seguimento e aprofundamento de uma política pública de EJA. Às vésperas de eleições para o executivo federal e estadual, além dos legislativos das mesmas esferas de poder, cumpre entender esse momento como substantivo para reafirmar e firmar proposições dos fóruns em relação a programas e projetos – *tênuas formulações políticas para consolidar um direito fragilmente conquistado*. Tempos de aprendizagem, parceiros, inserção de profissionais, bolsas e formação condicionam e amarram possibilidades pedagógicas e restringem políticas de desenho local, adequadas a jovens e adultos, limitam a autonomia dos proponentes e exigem problematização, por isso mesmo. A esfera pública, constituidora do direito à educação, requer institucionalidade no sistema escolar, organicamente, abandonando a idéia de apêndice, que acontece por fora dos muros e dos espaços institucionais, ou nas sobras remanescentes da oferta do ensino fundamental de crianças e adolescentes.

A temática do momento, sobre a revisão pelo Conselho Nacional de Educação do Parecer CNE nº. 11/2000, de Diretrizes Curriculares para a EJA, quanto à idade mínima do público para frequentar os cursos, não prevista na LDBEN nº. 9394/96, que só define *idade mínima para exames*, exige discussão ampla, podendo ameaçar o direito, se pensada em bases que atendem, predominantemente, a interesses quantitativos de mudança de dados de níveis de instrução. A fragmentação do ensino fundamental (em primeiro e segundo segmentos) pode desresponsabilizar os sistemas quanto à oferta regular do nível de ensino, correndo o risco de que essa oferta se resuma, apenas, à etapa de alfabetização. Dessa forma, a revisão para fixar uma idade mínima de ingresso deve considerar o ensino fundamental completo (abrangendo os dois segmentos). Do mesmo modo, a exigência contemporânea das tecnologias como linguagem, que favorece processos de aprender por toda a vida, não se pode prestar a apequenar o direito, reduzindo-se a panacéia que resolve, em massa, o atendimento a milhões, questões orçamentárias, inclusão de docentes e de profissionais da educação.

Todo o esforço, do ponto de vista das concepções, ainda não conseguiu superar, para muitos, a visão compensatória da educação de jovens e adultos, assim como a síntese mais freqüente em propostas internacionais e latino-americanas volta a se fazer pelo limite da alfabetização na forma de “campanha”, como se caracteriza o método cubano *Yo, si, puedo!*, aplicado como experiência piloto em três municípios do estado do Piauí, neste caso, contrariando os princípios político-pedagógicos da educação libertadora legada por Paulo Freire e por pesquisadores do campo da alfabetização que nada ficam a dever a outras referências internacionais. A soberania para pensar a educação de jovens e adultos desde a alfabetização é condição indispensável para a consolidação, continuidade de avanço e interlocução fértil na construção de políticas públicas democráticas, com a participação qualificada da força que os fóruns constituíram em todo o país.

Os Fóruns, como legítimos movimentos organizados em torno do direito à educação não recuarão na defesa intransigente desse direito para os muitos milhões de brasileiros que ainda não participam, na condição de incluídos, da vida social regida pela cultura escrita e pelas linguagens que a contemporaneidade consagra e recria cotidianamente. Enraizados em todo o país, nos 26 estados e no Distrito Federal, além de representações regionais em vários estados, conseguiram em dez anos acompanhar o movimento internacional de reconceptualização da EJA dos acordos internacionais, redizendo com sua própria força e voz os sentidos da EJA no Brasil, para além da escolarização: o direito de aprender por toda a vida.

A força dos Fóruns pôs-se à prova no intervalo entre este e o último ENEJA, quando foi lançado um *Manifesto pelo direito à educação de jovens e adultos*, intencionalmente produzido para marcar a luta pela EJA como direito e suas conquistas dos últimos anos, expondo à sociedade o quanto se precisa avançar para fazer prática esse direito, por meio de ampla mobilização nacional em torno de apoios, contabilizando até o momento, um total de **18.866** assinaturas, coletadas com cidadãos de todo o país, nas próximas e mais distantes localidades e realidades: 12 estados e um distrito federal (AL, AP, BA, CE, ES, DF, GO, MS, PB, RJ, SC, MT, SE).

Sensíveis aos movimentos do mundo e às oscilações nacionais, os fóruns permanecem com disposição férrea de lutar ainda mais pela finalidade que os originou. É tempo de eleições, de mudanças, de (des)continuidades políticas, de disputa em torno de idéias e projetos. A capacidade propositiva demonstrada pelos fóruns, uma vez mais neste ENEJA, não esmoreceu: pelo contrário, alimentou-se das tensões geradas para a sua realização e nutriu-se do exercício da tolerância, da espera esperançosa, da reinvenção possível da democracia como método, complexificada pelas exigências mundiais do poder econômico e do conhecimento. Emergem novas formas de ser movimento organizado nesse país e nesse continente: os fóruns as representam.

IDENTIDADE DOS FÓRUNS DE EJA: TENDÊNCIAS

Os Fóruns de EJA caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, em abril de 2006 o Amapá - último estado brasileiro a se organizar como fórum. Presentes em todo o território nacional, são 26 fóruns estaduais e um no Distrito Federal, além de 51 Fóruns regionais: Região Norte — Rondônia (RO) e Regional RO (Ji-Paraná), Roraima (RR), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pará (PA), Acre (AC); Região Sul — Rio Grande do Sul (RS), Fórum RS e Fóruns Regionais RS (Serra, Litoral, Fronteira, Santa Cruz, Central, Pelotas, Noroeste, Porto Alegre/Grande Porto Alegre), Santa Catarina (SC) e Fóruns Regionais SC (Grande Florianópolis, Concórdia, Criciúma, Araranguá, Maravilha, Ibirama, Mafra, Ituporanga, Chapecó, Canoinhas, Brusque, Itajaí, Campos Novos, São Miguel do Oeste, Rio do Sul), Paraná (PR); Região Sudeste — Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG) e Fóruns Regionais MG (Vale das Vertentes, Norte, Sudeste, Leste, Centro-Oeste, Inconfidentes, Zona da Mata e Metropolitano-BH), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Fóruns Regionais SP (Nordeste e Oeste); Região Centro-Oeste — Mato Grosso (MT) e Fórum Regional MT (Norte do Mato Grosso); Mato Grosso do Sul (MS), Distrito Federal (DF), Goiás (GO); Região Nordeste — Bahia (BA), Fórum Regional BA (Extremo Sul); Maranhão (MA); Piauí (PI) e Fóruns Regionais PI (Picos e Parnaíba), Alagoas (AL), Sergipe (SE); Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Fórum Regional PB (Sertão Paraibano), Pernambuco (PE) e Fóruns Regionais PE (Metropolitano, Litoral Sul, Mata Sul, Mata Centro, Vale do Capibaribe, Agreste Meridional, Sertão do Moxotó-Ipanema,

Submédio São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, Vale do São Francisco e Sertão do Médio São Francisco); Ceará (CE).

A discussão sobre a identidade dos fóruns como movimento propiciou espaço para a auto-reflexão e resgate do percurso desse movimento como processo permanente de construção coletiva, como produção histórica, suas formas de intervenção, suas demandas e capacidade de mobilização e pressão social. O documento do VII ENEJA, ao pautar o sentido dos fóruns retoma a ideia de que "os fóruns de EJA, como movimento social, caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, atualmente, todo o território nacional".

No entanto, as diferentes leituras sobre a questão apontam para o reconhecimento de que se está em movimento, participa-se do movimento em defesa da escola pública, mas é preciso aprofundar a questão: somos ou queremos ser um movimento social? Para alguns fóruns locais não constituímos movimento social, necessitando aprofundar a discussão em nível local. No atual contexto, o movimento que se realiza difere politicamente da marca dos movimentos sociais constituídos em oposição ao regime militar. Dentre outras características, o movimento vem-se definindo no processo de construção coletiva pela singularidade – síntese entre ação individual e coletiva, como movimento de natureza política. O resgate do percurso das ações do movimento aponta para características que o aproximam dos movimentos sociais organizados no que tange às demandas, às práticas de pressão que se exercitam. Como consequência, coloca-se a tarefa de construção da autonomia nos diferentes níveis, com vista à sustentabilidade. A memória da construção coletiva da identidade dos Fóruns permite compartilhar várias intervenções efetivas produzidas nos últimos cinco anos na esfera pública, na perspectiva de proposição e formulação de políticas de afirmação do direito à educação, atribuindo novos sentidos e concepções à educação de jovens e adultos, que expressam elementos de reafirmação da identidade do movimento.

As demandas internas provenientes da necessidade de sustentação do movimento apontam para a tarefa de pensar o sentido da autonomia em relação ao Estado, como um dos potentes parceiros que financiam o encontro nacional de EJA, bem como a forma como vêm sendo utilizados os recursos durante a realização desses encontros.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EJA E PERSPECTIVAS PARA UMA POLÍTICA DE ESTADO

A configuração do campo de EJA

A especificidade da EJA é inquestionável, e seu campo de configuração acaba sendo definido pela convergência da diversidade de práticas e também pelas políticas. A coordenação e o desenvolvimento de programas por movimentos sociais, apesar de algumas dificuldades metodológicas e operacionais, pela flexibilidade atrai educandos do ensino regular. Problemas em relação ao Programa *Brasil Alfabetizado* - exigência de 25 educandos matriculados por turma, levando educadores a manter matriculados educandos que desistiram, e a matricular educandos que, de fato, não freqüentam, ou então matricular educandos de nível mais avançado de escolaridade; manutenção de vínculo ao número de educandos em classe, para o pagamento de bolsa ao alfabetizador; exigência de alfabetizadores com, pelo menos, nível médio; formação de alfabetizadores nem sempre realizada; descontinuidade de estudos após o encerramento do Programa; falta de condições e/ou vontade política dos municípios para dar continuidade à alfabetização; seleção precária de alfabetizadores, assim como financiamento ainda insuficiente, limitam a ação no campo da EJA com apoio governamental. A exigência de contrapartida onera muitos municípios com gastos de implantação imensos. Quanto à referida autonomia de aplicação de recursos do Programa *Fazendo Escola* considera-se que deva ser relativizada, estando restrita à elaboração do projeto, pois o monitoramento, por meio do Moni-EJA, é verticalizado. Também as orientações para a aplicação dos recursos e prestação de contas não deixam margem para maior liberdade de ação.

O papel do Estado e dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil organizada na construção de políticas públicas de EJA

Há no Brasil muitas experiências de alfabetização e muitos jovens e adultos vivenciando-as. Embora se fale na necessidade de continuidade do processo de aprendizagem escolar, convive-se ainda com programas dispersos que se reduzem à alfabetização, fragmentados em relação à continuidade, limitando a educação de jovens e adultos a processos de escolarização, ao mesmo tempo em que o conceito de EJA caminha para a assimilação da ideia de educação ao longo da vida, tal como defendido na V CONFINTEA. Também os recursos incipientes, historicamente, têm sido um grave problema. Para a construção das políticas públicas na área, as entidades da sociedade civil e os movimentos sociais, junto ao Estado, necessitam discutir regulamentos que definam a idade de ingresso do aluno nos cursos de EJA, a exemplo dos estados do Espírito Santo, Paraná e Alagoas, cujos Conselhos Estaduais de Educação regulamentaram a idade de ingresso; dar visibilidade à diversidade de experiências de escolarização, da alfabetização ao ensino médio. É papel dos movimentos fazer cobranças aos governos para que assegurem a universalização do acesso escolar, a permanência e a continuidade em todos os níveis da educação. Compete, ainda, realizar esforços para o desenvolvimento de metodologias diferenciadas, que atendam a diversidade de sujeitos da EJA, envolvidos com o mundo do trabalho e em suas diferentes necessidades. A EJA necessita ser mais livre de sistemas fechados e rígidos de ensino para ser mais atenta às necessidades das classes trabalhadoras. Nesse percurso é, também, papel do movimento social, levar à escola a educação popular, as experiências de "justiciabilidade" articuladas com o Ministério Público. Se educação é direito, tem de ser exigido o cumprimento.

Novas tecnologias e educação a distância – EAD

Em sociedades desiguais, a exclusão das linguagens tecnológicas é mais uma forma de vivenciar a condição desigual dos sujeitos, tanto educandos quanto educadores. Nos últimos anos, as políticas públicas intensificaram a disponibilização de recursos tecnológicos, tais como telecentros (GESAC), o que pouco significou para mudar as práticas e a cultura de uso na comunidade escolar. Com dificuldades mais acentuadas, a EJA, excluída do acesso a espaços escolares fundamentais, também se vê afastada contemporaneamente dos laboratórios de informática, que quando existem, possibilitam manter a qualidade das produções realizadas, independente das dificuldades encontradas. O uso de novas linguagens tecnológicas,

como também das demais linguagens disponíveis, e até mesmo o resgate de linguagens não-mediadas por tecnologias utilizadas em todo o Brasil é necessário ser feito. Se utilizadas mais como recursos, do que como linguagem, as tecnologias acabam contribuindo para reforçar as múltiplas exclusões a que são submetidos jovens e adultos. Essa compreensão equivocada tem gerado aversão à modalidade de educação a distância, pelas ilusões que se criam em torno do progresso inexorável e a qualquer preço, em vez de apropriá-la como mais um modo de produzir respostas adequadas às necessidades de aprendizagem dos educandos na construção interativa de novos conhecimentos. Somente garantindo a familiaridade dos estudantes desde os primeiros processos de aprendizagem na EJA, com as linguagens tecnológicas disponíveis, será possível propiciar a autonomia necessária para o uso apropriado das linguagens multimídia.

Economia solidária: gestão coletiva do trabalho

Sobre a concepção de economia solidária, dois focos ganharam lugar: um, o empreendedorismo, o outro o das cooperativas auto-gestionadas coletivamente, além da necessidade de clarear concepções de geração de renda/emprego e economia solidária. Argumentando que, apesar de vivermos em uma sociedade capitalista, o horizonte pauta-se em uma sociedade mais solidária, igualitária e humanizadora, com novas relações de trabalho coletivo, com união, partilha, gestão coletiva, que fortaleça grupos com mesmos objetivos, que se humanizam pelo trabalho. A economia solidária organiza-se como alternativa crítica ao sistema capitalista, suas relações de trabalho e formas de organização. No atual governo, em âmbito federal, o investimento em economia solidária tem possibilitado criar um modo de produção alternativo e solidário, com apoio de instituições públicas voltadas para fins comuns. A concepção de empreendedorismo em algumas cooperativas implica a análise do significado da responsabilidade quanto ao sucesso ou fracasso do trabalho, do emprego/desemprego em âmbito individual, desobrigando esferas públicas de uma política de Estado.

Valorização dos profissionais de educação

A desvalorização dos profissionais da educação de EJA é também reflexo da desvalorização da própria EJA, uma vez que os educadores ainda são, em parte, oriundos de contratos temporários e de “sobras” da escola de crianças, o que os torna quase invisíveis para os sistemas ou presas fáceis das manipulações político-partidárias. No que se refere aos espaços existentes de formação continuada esses deveriam estar, de forma relevante, inseridos no ambiente escolar.

Aspecto também relevante a destacar para que se possa valorizar o educador, está na necessidade de compreendê-lo como sujeito que produz teoria e que pode e deve intervir na definição de *políticas públicas de formação*, especialmente no que se refere: às formas de alocação de recursos financeiros; à participação na seleção da entidade formadora/gestora; à diversidade de desenhos organizativos nos processos formadores (presencial, a distância), além de outros aspectos que possibilitam a valorização dos profissionais, a saber: plano de carreira, com isonomia salarial que desestimele a tripla jornada de trabalho de muitos; garantia de formação continuada dentro da carga horária de trabalho; participação na elaboração e no estabelecimento de critérios para a escolha/seleção/concurso para educador de EJA; realização de cursos em nível superior e de pós-graduação, de preferência em universidades públicas; relação *tempo dedicado ao trabalho* X qualidade de vida; garantia de melhores condições de trabalho (incluindo oferta de material didático e de outros que respeitem especificidades dos sujeitos da EJA); além de formar o educador como investigador permanente da realidade.

Em relação aos educadores que atuam para além do espaço escolar não se pode deixar de considerar que, mesmo sem formação inicial, detêm saberes por eles construídos nas práticas e nos processos de formação continuada de que fazem parte.

Educação e diversidade

A idéia de educação e diversidade exige clareza conceitual. Educar para a diversidade difere de segregação, respeita as especificidades e busca a inclusão social. A preocupação com a elaboração de currículos que contemplem a diversidade pauta as ações e propostas pedagógicas, pois não se pode conceber educação inclusiva partindo de currículos universalistas, trabalhados igualmente com todos os grupos, não levando em consideração especificidades, nem diversidades. O não-cumprimento da Lei n°. 10.639/2003 que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino o resgate da história e da cultura dos afrodescendentes exige indagar quem define as demandas específicas a serem contempladas na proposta curricular voltada para a diversidade. Do mesmo modo, cabe indagar quanto o que fazem movimentos sociais e universidades para o cumprimento da Lei e qual a importância de se garantir a diversidade na EJA. Por fim, a reflexão a ser feita questiona as implicações de uma educação que resgate histórias de vida; subjetividades no processo de aprendizagem; que valorize e contemple a diversidade étnico-racial, de gênero, de credo, de religião, para a prática pedagógica, contribuindo para a elevação da auto-estima dos sujeitos da EJA e, sobretudo, pela relevante contribuição da produção histórica, científica e cultural advinda das matrizes africanas, indígenas e orientais para o processo de ensino-aprendizagem. O educando precisa compreender que os legados histórico, científico e cultural de suas raízes são tão importantes quanto a produção européia, branca, ocidental, judaico-cristã, presentes “compulsoriamente” na academia, nas formulações curriculares, nos recursos didático-pedagógicos e, principalmente, nos livros didáticos. Por essa perspectiva tenta-se superar práticas educativas homogeneizadoras e monoculturais.

Universidades têm papel relevante nos processos de formação inicial e continuada de educadores no que tange à relação educação e diversidade, embora tenham dificuldade de tratar a questão indígena, por exemplo, com pouco envolvimento no processo de formação de educadores indígenas. A escassez de estudos, de projetos de pesquisa e de disciplinas nos currículos universitários, para a área, é sensível. Algumas experiências de currículo próprio, em atendimento à demanda, podem ser exemplificadas: comunidade indígena Trucá – PE reivindicou e foi construído, coletivamente, um currículo específico resgatando a cultura do povo indígena; o Projeto *Saberes da Terra*, em atendimento à diversidade dos povos do campo (assentados, quilombolas, ribeirinhos, indígenas), ao implantar escolas itinerantes que acompanham os diferentes acampamentos, promovem a pedagogia da alternância no espaço-escola e no espaço-comunidade, garantindo ambos como espaços de formação de educandos e educadores.

SEGMENTOS ORGANIZADOS: COMPREENDENDO AS ARTICULAÇÕES

Os segmentos organizados pela inserção de delegados em instituições trabalhou agrupado da seguinte forma: universidades, educadores, educandos, governos, movimentos populares, ONGs e Sistema S. Apesar de decisões políticas de muitos governos, em todas as esferas de poder, quanto à oferta de educação para jovens e adultos, falta assumir a EJA de fato, como qualquer outra modalidade e nível de ensino, pensando, sistematicamente, perfis e necessidades de aprendizagem dos sujeitos que atende, especialmente com a crescente juvenilização da população da EJA. Trata-se de, assegurando o direito, tirá-la da marginalidade, coordenando processos e planos que definam responsabilidade e competências do poder público na relação com outros atores que a fazem e com os cidadãos. As variadas condições para que a EJA possa ser feita com qualidade ainda não estão asseguradas. A questão do professor/educador coloca-se como um desafio, desde a necessidade de tê-los como profissionais formados e qualificados, até a inserção desses profissionais na rede, com planos de cargos e carreira adequados e com horários definidos para planejamentos e estudos; assim como faz falta a definição de um coordenador pedagógico de EJA por unidade escolar. Os governos necessitam fazer sua parte e a mobilização das organizações não-governamentais que atuam com educação deve cuidar não apenas do desenvolvimento da leitura e da escrita, mas a de habilitar atores para a intervenção nas políticas públicas de EJA, propondo, contribuindo na formulação e fiscalizando essas políticas, articuladamente com os movimentos sociais.

Os educandos da EJA entendem que a metodologia de trabalho diferenciada é fator essencial para que eles permaneçam na escola, especialmente quando valorizados em suas experiências de vida e quando não são infantilizados pelas práticas pedagógicas. A existência de bibliotecas e de materiais didáticos – formulados por educadores em parceria aos educandos da EJA – contribui para processos de aprendizagem bem-sucedidos.

A ampliação do número de escolas deve considerar as demandas de cada estado, organizadas com horários flexíveis e de metodologias que atendam aos ritmos de aprendizagem de cada educando. O apoio aos filhos dos educandos da EJA, quando em horários de aula, contribui favoravelmente para a permanência dos adultos na escola e para o sucesso de sua aprendizagem escolar. A inclusão de educandos com necessidades educativas especiais precisa ser considerada, tendo em vista o propósito de atender ao direito à educação escolar, concedido a todos os brasileiros.

Do Sistema S destaca-se a contribuição oferecida à formação de fóruns em muitos estados brasileiros, principalmente na Região Norte do país. Em alguns lugares não contam com a participação do estado, embora se empenhem para que ocorra essa participação. A diversidade de metodologias de formação de educadores é uma das marcas das instituições que compõem o Sistema, incluindo, muitas vezes, educadores dos sistemas públicos locais, sempre que a relação com os poderes estaduais permite.

O segmento universidades conseguiu cumprir uma das metas propostas no VII ENEJA, realizando o I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Com isto, ampliou a discussão que aponta para a necessidade de aproximação da formação inicial com a formação continuada de educadores, praticada em algumas instituições de ensino superior do país.

Os movimentos sociais reconhecem que não são os responsáveis pela efetividade das políticas públicas de educação, porém possuem um importante papel no processo de mobilização, fiscalização e proposição de políticas públicas.

COMPROMISSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO PARA A EJA: INDICAÇÕES E DELIBERAÇÕES DO VIII ENEJA

Os delegados reunidos nos diversos momentos de discussão visando à avaliação de programas, projetos e políticas vigentes, tomadas como políticas, e comprometidos com a construção de uma real política pública de Estado para a EJA, indicam e deliberam:

Quanto ao financiamento da EJA:

- Aprovação imediata do FUNDEB, para isso realizando mobilização ampla incorporada à Campanha Nacional pelo Direito à Educação que pressione os congressistas a votarem o fundo de financiamento no prazo exigido para a aplicação em 2007, e que se desdobre em nova luta pela regulamentação que garanta isonomia com outros níveis e modalidades de ensino, bem como ter um representante da EJA nas instâncias de controle social, podendo intervir na aplicação dos recursos destinados efetivamente à EJA.
- Autonomia para a gestão e aplicação de recursos dos programas esporádicos, com mobilidade necessária entre as rubricas.

Quanto às diretrizes curriculares para a EJA:

- Acompanhamento da regulamentação sobre educação a distância, na revisão do texto do Parecer CNE n°. 11/2000 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.
- Atendimento à diversidade dos sujeitos e demandas por eles geradas (tempos, espaço, realidade, regionalidade, turnos de oferta; acesso e permanência, êxito, calendário, experiências).
- Inserção do conteúdo *mundo do trabalho* na alfabetização e na educação básica.
- Autonomia avaliativa da EJA por estados e municípios, rejeitando o ENCCEJA, como avaliação nacional de sujeitos educandos.
- Regulamentação da formação continuada dos educandos com a inclusão da educação profissional, entendida como a que possibilita acesso à ciência e à tecnologia, não a restringindo, apenas, a cursos profissionalizantes voltados à inserção precarizada no mercado da força de trabalho (pela opção por cursos rápidos como manicure, artesanato etc.).
- Articulação, junto às escolas, para a reformulação de propostas pedagógicas, de modo a assegurar a revisão de organizações curriculares, respeitando a regionalização e suas especificidades.
- Revisão cuidadosa da perspectiva de definição de idade mínima de ingresso na EJA.
- Realização de trabalho interdisciplinar na EJA e intersetorial, envolvendo a economia solidária.

- Acompanhamento da implementação da Lei 10.639/2003, de modo a garantir na formação de educadores e nas produções curriculares o ensino de história e cultura da África e dos afrodescendentes, assim como a educação das relações étnico-raciais.

Quanto à formação de educadores:

- Manutenção de processos permanentes de formação continuada de educadores e de educadores populares que contemplem orientações para o trabalho pedagógico sob a ótica da diversidade cultural e da economia solidária.
- Construção de rede virtual de educadores de EJA, com apropriação de espaço no portal fóruns EJA Brasil, como espaço virtual multimídia, por meio de lista de discussão, de interatividade e de criação de *links* que remetam a centros de pesquisa, banco de dados e pesquisas, teses, dissertações etc. (após levantamento de textos de referência, materiais didáticos, teses e dissertações, livros e periódicos sobre EJA e economia solidária, fóruns de economia solidária etc.).
- Realização de encontro nacional de educadores de EJA com apoio financeiro do MEC.
- Estímulo à realização de assessorias e cursos de formação continuada para educadores de EJA, envolvendo a temática da economia solidária, em parceria com o poder público e universidades.
- Garantia da profissionalização dos educadores de EJA, evitando o voluntariado e a ausência de formação necessária para atuação na EJA.
- Intervenção dos educadores de EJA nas políticas públicas de financiamento e formação.
- Estabelecimento de rotinas de registro, sistematização e divulgação de experiências de formação de educadores de jovens e adultos e constituição de banco de dados dessas experiências.
- Apropriação dos espaços de construção e elaboração de material didático e cadernos de experiências.
- Reconhecimento e certificação para a formação inicial e continuada, inspirada no texto da LDBEN e nas concepções atuais da EJA expressas na Declaração de Hamburgo, que contemple princípios teórico-metodológicos coerentes com a especificidade da educação de jovens e adultos e seus requerimentos.
- Formação específica para pessoas com necessidades especiais.
- Desenvolvimento de pesquisas integradas entre universidades, sobre temas ligados à formação, em particular os que envolvem demandas urgentes como a formação de educadores licenciados para atuarem na alfabetização e escolarização de jovens e adultos; aspectos psicológicos, lingüísticos e culturais dos educandos de EJA; vinculação entre trabalho, educação e economia solidária; avaliação de projetos de formação de educadores de jovens e adultos; e inserção explícita da EJA nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e das demais licenciaturas.
- Agendamento para maio de 2007 do II Seminário de Formação de Educadores de EJA, após consulta a universidades que se mostrarem propensas a acolher o evento.

Quanto à organização dos sistemas de ensino:

- Indicativo nacional para que se amplie a participação da militância da EJA nos Conselhos de Educação de todos os níveis e destes Conselhos nos Fóruns de EJA estaduais, distrital, municipais e regionais.
- Criação de sistemas municipais de educação, com estímulo à participação de representantes dos Fóruns de EJA.
- Oferta de cursos de EJA em qualquer turno, e em diferentes locais, atendendo as demandas do público.
- Contemplar oficinas culturais nas propostas pedagógicas das escolas.

Quanto ao acesso a novas tecnologias e EaD

- Garantia de acesso a tecnologias de informação e comunicação (TICs) pela ampliação da implantação de telecentros (GESAC/Ministério das Comunicações – www.idbrasil.gov.br ou www.idbrasil.org.br), para além dos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Amapá, na rede pública e Distrito Federal no movimento popular.
- Pressão sobre o governo por uma política de financiamento de microcomputadores para educadores de EJA das redes públicas, garantindo serviços de manutenção.
- Desenvolvimento de programas de formação de educadores de EJA com o uso das TICs, garantindo a formação continuada.
- Desenvolvimento de programas de educação tecnológica com visão crítica dos limites e possibilidades em EJA.
- Estímulo à cultura de avaliação das tecnologias e formulação de critérios de aprendizagem com o uso das TICs, rádio, TV, Internet multimídia.
- Garantia, em cursos de EJA a distância, de ambientes virtuais intensamente interativos para a construção de novo conhecimento conjugado ao Portal Fóruns EJA Brasil, como espaço de consulta ao acervo virtual multimídia e integração na dinâmica viva dos fóruns estaduais de EJA.
- Fortalecimento da participação dos integrantes dos fóruns estaduais de EJA no Portal (www.forumeja.org.br), objetivando a alimentação de páginas estaduais e sobretudo a interatividade virtual intensa entre os integrantes.
- Garantia de que cada fórum estadual delegue um administrador ou uma equipe de administradores, preferencialmente estudantes de pedagogia, para alimentar as páginas virtuais, disponibilizando acervos virtuais multimídia e histórico dos respectivos fóruns estaduais.
- Isenção do administrador ou da equipe de administradores da responsabilidade pela criação do conteúdo a ser publicado – competência coletiva de cada fórum estadual.

Quanto à garantia do direito à educação

- Garantia da continuidade da escolaridade de educandos egressos da alfabetização e de educação ao longo da vida.

- Participação dos fóruns no processo de construção dos Planos de Educação municipais, distrital e estadual e na formulação de resoluções da EJA.

Propostas gerais:

- Articulação dos Fóruns com movimentos e escolas do campo.
- Articulação da mobilização junto à UNDIME, CONSED e UNCME em prol da EJA, buscando garantir maior autonomia e não permanecer à espera de financiamento de uma única fonte.
- Articulação das ONGs com movimentos sociais, assumindo o papel de formuladoras, proponentes e fiscalizadoras de políticas públicas.
- Fomento à pesquisa de concepções teórico-metodológicas para a EJA.
- Mobilização em favor da revisão do Plano Nacional de Educação.
- Garantia da participação de movimentos sociais nos Conselhos de Educação.
- Promoção de estratégias de aproximação entre organismos que fazem a EJA, para discutir políticas públicas mais condizentes com as realidades de países da América Latina.
- Subsídio aos fóruns de EJA com discussões e estudos sobre economia solidária.
- Cobrar o cumprimento da Lei federal nº. 10.172/2002, que exige a avaliação do Plano Nacional de Educação e a formulação e aprovação em lei dos Planos Estaduais de Educação (com ressalva para Alagoas, cuja aprovação deu-se em 28 de julho de 2006, tendo o Fórum de EJA como subcomitê gestor na elaboração de políticas públicas para a EJA no estado) e dos Planos Decenais de Educação dos Municípios.
- Disponibilização, na página do fórum de Pernambuco, de relatos de experiências selecionados pelos fóruns estaduais para apresentação no VIII ENEJA.

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA E ENCAMINHAMENTOS PARA O VIII ENEJA

A plenária aprova as seguintes moções:

- Moção de advertência às autoridades quanto aos resultados do Programa *Yo, si, puedo*.
- Moção para mobilização nacional em 19 de setembro - aniversário de nascimento de Paulo Freire
- Moção pela imediata aprovação do FUNDEB.

Para a continuidade da defesa de políticas públicas para a EJA, a plenária entendeu ser necessário manter anual o ENEJA, aprovando a candidatura do Fórum do Paraná para que, em 2007, seja acolhido o evento em Faxinal do Céu - espaço de formação de professores da Secretaria de Educação do Estado do PR, com disponibilidade para receber enorme número de delegados. O Fórum comprometeu-se a retomar o processo de construção coletiva do evento, fornecendo todas as informações indispensáveis, dinamizar a rede virtual e cumprir as deliberações desse ENEJA.

Indicativos para o IX ENEJA:

- ✓ Voltar a tratar a educação inclusiva como um tema do encontro nacional.
- ✓ Avaliar radicalmente a estrutura do evento, no sentido de possibilitar o aprofundamento e formulação de reflexões e estratégias de ação, promovendo discussões nos fóruns estaduais e regionais quanto a aspectos que comprometem a capacidade de esse movimento incidir nas políticas públicas.
- ✓ Definir critérios de participação nos ENEJAs, considerando a história de participação no fórum originário e o acúmulo de discussões produzido.
- ✓ Manter a periodicidade anual até o X ENEJA, em função das agendas políticas que incluem o FUNDEB e sua regulamentação, o ENCCEJA, e a proximidade da VI CONFINTEA.
- ✓ Viabilizar, em cada fórum, a participação de educandos, cabendo às prefeituras municipais destinar uma vaga para aluno de EJA.
- ✓ Renovar a participação dos delegados nos ENEJAs.
- ✓ Dispensar maior tempo para a reunião de segmentos, no ENEJA.
- ✓ Rever o formato da cerimônia de abertura do ENEJA, no que se refere ao momento de entrega da Medalha Paulo Freire, dispensando espaço de socialização das experiências premiadas durante o evento.
- ✓ Indicativo de que o IX ENEJA seja o marco para o fim de programas de alfabetização no país, em prazo a ser estabelecido, até alcançar índice zero de analfabetos.
- ✓ Definição clara dos critérios de seleção das experiências para socialização no ENEJA, construídos coletivamente, e que estas só sejam aceitas quando aprovadas pelos fóruns, e só então remetidas à organização do evento pelos representantes dos fóruns estaduais.
- ✓ Garantir a apresentação de experiências exitosas sobre economia solidária nos grupos de trabalho por temas, em subsídio às discussões.
- ✓ Incluir mesa temática sobre educação, trabalho e economia solidária, discutindo o mundo do trabalho na atualidade, perspectivas, papel da escola, do poder público e da sociedade civil.

Núcleo de relatoria: Edna Castro de Oliveira (UFES), Jane Paiva (UERJ), José Barbosa da Silva (UFPB), Leila Loureiro (Escola Marista Champagnat de Recife).

Recife, 2 de setembro de 2006.

www.forumeja.org.br